



## IV-073 - ÁGUAS DE PORTO DE GALINHAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO DA ÁGUA NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

**Samuel Kisseberg da Macena Ribeiro**<sup>(1)</sup>

Estudante de Especialização em Gestão Pública para o Desenvolvimento Universitário, da Universidade Federal de Pernambuco (PROGEPE/UFPE). Administrador (técnico administrativo) do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE).

**Sandro Valença**

Doutor em Engenharia Civil pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, do Centro de Tecnologia e Geociências, da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEC/CTG/UFPE). Professor do Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

**Andreza Galindo Alves de Queiróz**

Graduanda em Administração pelo Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

**Daniella Ramos**

Mestra em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE). Administradora de empresas.

**Fernanda Maria D'Emery Cavalcanti**

Graduanda em Administração pelo Núcleo de Administração e Economia, do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco (NAE/CAA/UFPE).

**Endereço**<sup>(1)</sup>: R. Euclides Figueredo, 95 – Pinheirópolis – Caruaru (PE) – CEP: 55.034-070 – Brasil – Tel.: (81) 9606-8828 – E-mail: skmribeiro@yahoo.com.br

### RESUMO

O presente artigo analisa o sistema de gestão de águas dos meios de hospedagem de Porto de Galinhas, com base no fato de que, nos últimos anos, a água obteve sua importância reconhecida por organizações, governos e população local. Devido a tal importância, ações foram desenvolvidas, como instalação de novos poços perfurados e criação/ampliação de redes de tratamento e distribuição, que têm significativos impactos no desenvolvimento regional. No entanto, algumas práticas apresentam conseqüências à sustentabilidade desse recurso, o que poderia comprometer o futuro dos meios de hospedagem e da localidade enquanto destino turístico, pois a água é um dos principais fatores que viabilizam a economia local. Subsidiando o estudo, realizou-se uma coleta de dados, mediante pesquisas bibliográfica e documental, observações diretas e entrevistas pessoais semi-estruturadas — com 30 proprietários, dirigentes e empregados dos meios de hospedagem. Os dados foram ordenados e sintetizados, através de abordagem quali-quantitativa, norteadas pela análise do conteúdo das entrevistas. O artigo tem como objetivo analisar as principais práticas da gestão da água nos meios de hospedagem para reafirmar ou contradizer as práticas de gestão da água. Os principais resultados do artigo indicam uma estrutura de gestão das águas precária, onde não há medidas de controle da qualidade ou mesmo medição do volume de água utilizado. Vê-se também a falta de saneamento ambiental, principalmente no que se refere à distribuição de água própria para consumo humano e esgotamento sanitário. Obstáculos ocasionados por alguns processos de gestão inviabilizam campanhas de boas práticas entre os funcionários dos meios de hospedagem. Por fim, é possível observar que, apesar do pequeno impacto ambiental que um meio de hospedagem ocasiona, em conjunto com todos os outros (formais e informais), agravado ainda pela falta de estrutura sanitária e falta de fiscalização do poder público, a degradação ambiental que vem ocorrendo sobre os recursos hídricos de Porto de Galinhas é preocupante, exigindo medidas sérias para garantir a sustentabilidade desse recurso essencial à economia local e qualidade de vida da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento sustentável, meios de hospedagem, gestão ambiental e recursos hídricos.



## 1. INTRODUÇÃO

A forma como se encara o uso da água está mudando à medida que se percebe a importância desse recurso para a própria sobrevivência da humanidade e sua escassez diante das crescentes necessidades do mundo moderno. Não obstante a finitude desse recurso, ainda há os fatores poluição e degradação ambiental ajudando a diminuir a água potável do planeta. O foco no gerenciamento dos recursos hídricos ganha importância no mundo inteiro, também pelo aumento da normatização e fiscalização governamentais sobre todas as atividades com significativos impactos e modificações sobre recursos naturais (BASSOI, 2004). Como principal provedora da vida, a água é o elemento em maior abundância no planeta, mas apenas 0,6% pode ser considerada potável, que, se for de boa qualidade, evita 80% das doenças humanas (CASTRO, 2004).

Como principais fontes de poluição das águas, temos a ausência de tratamento de esgotos domésticos e industriais, a contaminação por resíduos diversos através de galerias, além do acúmulo de resíduos sólidos e agentes bacteriológicos (MOTA, 2003). No entanto, a questão do saneamento ambiental tem sido discutida pela ONU desde meados de 1970, mas apenas recentemente vem conquistando reconhecimento entre a população, os empresários do setor turístico e governos, incluindo o de pequenos municípios. Suas atividades mais importantes são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza pública. Como objeto de estudo deste artigo, a praia de Porto de Galinhas, localizada no município de Ipojuca/PE, já apresenta algumas obras dessa natureza, mas foram iniciadas tardiamente frente ao impacto negativo já ocasionado nos recursos hídricos disponíveis (CAVALCANTI, 2006).

Para determinadas formas de turismo, a qualidade da água de determinada região mostra-se fator essencial para a sobrevivência dessa atividade econômica (VALENÇA, 2009). Dependendo das práticas exercidas sobre esse recurso natural, pode-se degradá-lo ou renová-lo para sua utilização futura. Sendo os meios de hospedagem o foco deste artigo, uma análise se faz necessária a respeito das práticas de gestão em comparação a algumas deliberações do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) que produziu o documento NIH – 54:2004, programa de certificação criado em parceria com o Instituto da Hospitalidade.

O PCTS esteve em vigor durante os anos de 2002 a 2006 e abrangeu todo território nacional, atuando na gestão das empresas do setor turístico – através, por exemplo, de oficinas, visitas e assistência técnica – visando promover boas práticas de gestão que resultassem no desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, sob a visão de Ignacy Sachs (2003), remete à importância da manutenção dos recursos naturais, não apenas para a preservação do ambiente natural por si só, mas para viabilizar outros fatores importantes de forma sustentável como a justiça social e o crescimento econômico. Apenas haveria real desenvolvimento quando as três dimensões (econômica, sociocultural e natural) recebessem investimentos e atenção em iguais proporções, que traria como consequência qualidade de vida e sustentabilidade dos recursos para o usufruto das gerações futuras.

O PCTS foi criado pelo Instituto de Hospitalidade e o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Apex-Brasil, Sebrae e Ministério do Turismo. Como principal documento, este programa apresentou a norma NIH – 54:2004, em que são estabelecidos os requisitos para os meios de hospedagem desenvolverem e executarem planejamentos e operações visando alcançar o desenvolvimento sustentável através de boas práticas de gestão.

Ao focar Porto de Galinhas, um povoado localizado no litoral sul do município de Ipojuca/PE a 50 km de Recife, é possível perceber que a ocupação antrópica das últimas décadas desenvolveu a economia local, baseando-se nas belezas naturais de sua orla e grande biodiversidade de sua marisma e de seus estuários, sendo recentemente considerado um destino turístico internacional. Por sua vez, a urbanização que ainda está apresentando sinais de crescimento, compromete a sustentabilidade dos recursos naturais que “financiam” toda a infra-estrutura turística. Entende-se por ambiente urbano como o “resultado de aglomerações localizadas em ambientes naturais transformados, e que para a sua sobrevivência e desenvolvimento necessitam dos recursos do ambiente natural” (PHILIPPI JR *et alli*, 2004, p.3).

Sérios problemas ocasionados pela degradação ambiental já se torna visível até mesmo para não-especialistas, como a crescente ocupação de áreas de mangues e restingas; poluição de marismas e contaminação de fontes



subterrâneas de água; crescimento descontrolado da população sem oferecer um sistema de saneamento adequado; crescente número de empreendimentos voltados ao setor turístico, contribuindo para a impermeabilização do solo e destruição de ecossistemas frágeis.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do elevado grau de degradação ambiental promovida no Brasil e em Pernambuco ao longo da história, principalmente a partir do século XX, e na ânsia de contribuir para sustentabilidade dos recursos hídricos no povoado objeto deste trabalho, chega-se à questão de pesquisa:

Como se dá a gestão das águas nos meios de hospedagem de Porto de Galinhas?

### 1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o sistema de gestão das águas dos meios de hospedagem de Porto de Galinhas à luz da sustentabilidade do desenvolvimento local.

### 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar boas práticas de gestão (pontos positivos/fortes);
- Identificar más práticas de gestão (pontos negativos/fracos/frágeis); e
- Sugerir a otimização de práticas de gestão de recursos hídricos.

## 2. MÉTODO DE PESQUISA

O método adotado na pesquisa que resultou neste artigo foi o estudo de caso, pois se procurou responder ao questionamento “como?”, do problema de pesquisa, vinculado a um conjunto de acontecimentos contemporâneos, sobre o qual os pesquisadores tiveram pouco ou nenhum controle.

A unidade de análise do estudo de caso foi o povoado de Porto de Galinhas, em Ipojuca – PE. E o propósito do estudo foi explanatório — ou causal —, o que exigiu o uso combinado de três fontes de evidências diferentes, porém complementares: pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas pessoais semi-estruturadas e observações diretas da exploração do estuário.

### 2.1 FONTES DE EVIDÊNCIA

As fontes de evidência para o estudo de caso foram:

- pesquisas bibliográficas e documentais, em livros e artigos científicos e em documentos oficiais afetos ao tema em questão — desenvolvimento sustentável, gestão ambiental e recursos hídricos;
- entrevistas pessoais e semi-estruturadas, aplicadas junto a proprietários, dirigentes e empregados de meios de hospedagem; e
- observações diretas das principais práticas de gestão da água adotadas pelos meios de hospedagem.

Para reforçar a confiabilidade dos resultados, a aplicação das entrevistas foi realizada pelos próprios pesquisadores (MATTAR, 2001; MARCONI, 1999).

Em particular, os dados e informações coletados através das entrevistas pessoais semi-estruturadas foram categorizados e tabulados, e, depois, submetidos à análise de conteúdo — procedimento adequado quando o interesse é o conteúdo dos dados e informações e não, por exemplo, o comportamento dos sujeitos (MALHOTRA, 2001; BARROS, 2000).

## 3. PORTO DE GALINHAS E OS MEIOS DE HOSPEDAGEM

O espaço geográfico que delimita este trabalho, definido como Porto de Galinhas, município de Ipojuca/PE, na verdade é formado pelas praias de Gamboa, Muro Alto, Cupe, Porto de Galinhas, Maracaípe e Pontal do



Maracaípe. Juntas, possuem uma extensão de 15,9 km. A partir do ano 2000, Porto de Galinhas e praias adjacentes passaram a ser consideradas destino turístico, recebendo 65 mil turistas por mês na alta estação (PMI/DGTMA, 2002). Devido às peculiaridades de sua topografia, essa área, que é uma planície costeira, apresenta dificuldades de distribuição de água, assim como problemas na drenagem de águas pluviais e esgotamento sanitário (VALENÇA, 2009).

O município de Ipojuca/PE possui uma população de 59.281 habitantes e ocupa uma área de 514,8 km<sup>2</sup>, de acordo com o censo do IBGE realizado no ano 2000, sendo dividido geopoliticamente nos distritos de Ipojuca (sede do município), de Nossa Senhora do Ó e de Camela, e ainda no Complexo Industrial e Portuário de Suape. O povoado de Porto de Galinhas se localiza a cerca de 5 km do distrito de Nossa Senhora do Ó e de 10 km do “distrito-sede”, e tem o turismo como sua principal atividade econômica. Não obstante, levando em consideração a economia do município como um todo, o município de Ipojuca tem na indústria da cana-de-açúcar a principal atividade econômica.

É neste cenário que os meios de hospedagem dos tipos *flats*, hotéis, *resorts* e pousadas disputam um mercado crescente e competitivo, onde o setor imobiliário também se tornou atrativo aos consumidores da capital e cidades circunvizinhas, que em busca das casas de veraneio contribuíram para a urbanização de áreas antes ocupadas pelas restingas, coqueirais e mangues. Porto de Galinhas conta, oficialmente com 127 meios de hospedagem, com 2.309 unidades habitacionais (U.H.) e 6.117 leitos. São gerados 1.454 empregos formais. Com efeito, dos 141 meios de hospedagem instalados em Ipojuca, 90,1% estão em Porto de Galinhas (PMI, 2004; 2003).

A população do município no ano 2000, segundo o censo do IBGE (2000) foi de 59.281 habitantes. Nos distritos, Ipojuca-sede apresentou 22.200 habitantes (incluindo Suape), Nossa Senhora do Ó (incluindo Porto de Galinhas) apresentou 21.391 habitantes e, por fim, Camela, com 15.690 habitantes (incluindo Serrambi).

Não levando em consideração, para este artigo, o período de ocupação antrópica dos séculos anteriores, onde a cana-de-açúcar e o coco predominavam na economia local, o povoado de Porto de Galinhas, com seus quatro mil habitantes, em média, proporciona hoje uma divulgação nacional e internacional do município nos meios de comunicação de massa e noticiários econômicos, apresentando-se como uma força para o crescimento econômico. Por sua vez, o favorecimento da dimensão econômica é refletido na estrutura precária de saneamento e falta de planejamento das ações públicas, deixando em risco a sobrevivência dos ecossistemas (VALENÇA, 2006).

Com taxa de crescimento de quase 3% ao ano, a urbanização de Ipojuca aponta para um cenário promissor na dimensão econômica (PMI, 2009), embora preocupante nas dimensões sociocultural e ambiental. O início das atividades empresariais no povoado de Porto de Galinhas ocorreu na década de 1980, quando empresas turísticas e hoteleiras construíram seus estabelecimentos e passaram a oferecer serviços aos poucos turistas e donos de casa de veraneio (MENDONÇA, 2004; BARROS Jr., 2002). Deve-se levar em consideração, também, a contribuição do Complexo Industrial e Portuário de Suape, que se situa no norte do município, para a intensa imigração ocorrida nos últimos dez anos, não sendo correto, portanto, afirmar que apenas o turismo elevou as taxas de crescimento populacional.

Embora não seja fator único, entende-se que a importância do turismo foi determinante para transformar o destino turístico Porto de Galinhas no que ele é hoje. Os meios de hospedagem exerceram grande influência na criação de infra-estrutura básica para suportar as demandas do turismo crescente. Somando forças a outros equipamentos turísticos, como restaurantes e pequenas lojas, os meios de hospedagem proporcionaram àquele trecho do litoral de Ipojuca a criação de um destino turístico de reconhecimento internacional.

O impacto que esses equipamentos turísticos têm no destino da localidade torna-se preocupante quando diante da situação de degradação ambiental, que já se apresenta visível em certos locais. A gestão da água dos meios de hospedagem pode apresentar relação direta nos ecossistemas lá existentes, determinando o equilíbrio da vida ou sua extinção. O mau uso dos recursos hídricos poderia colocar um fim à razão da existência dos meios de hospedagem: as belezas naturais da localidade.



#### 4. ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Apesar do crescente volume de informações sobre a gestão dos recursos naturais, em grande parte ocasionado pelos meios de comunicação em massa, ainda se fazem necessárias medidas coercitivas e/ou punitivas sobre, principalmente, as práticas empresariais. O poder público, encarregado de garantir que a legislação ambiental seja respeitada, promove diferentes programas para manter o controle sobre o uso dos recursos, especialmente em atividades de reconhecido potencial de degradação ambiental (BRAGA *et alli*, 2005).

Visando combater a exploração irracional, normas são utilizadas, em um sistema de comando e controle. No entanto, no Brasil, essas normas se apresentam confusas e de difícil aplicação.

##### 4.1 POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Na década de 60, foram promulgadas várias leis que abordam a questão ambiental, mas foi a Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Através de tal lei, princípios, objetivos e instrumentos voltados para o ambiente natural passaram a fazer parte da gestão pública, sendo criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), este último um órgão consultivo e deliberativo. Determinou, também, que o Ministério Público da União tivesse legitimidade de encaminhar ações de responsabilidade civil e criminal contra indivíduos que cometessem crimes contra o meio ambiente (BRAGA *et alli*, 2005).

Dentre as principais competências do Conama, está realizar estudos de impactos dos projetos público e/ou privados, além de verificar as alternativas possíveis quando há conseqüências negativas sobre o ambiente natural, mobilizando sempre órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além das organizações privadas.

A promulgação da Constituição de 1988 veio agregar ao assunto um *status* constitucional, estabelecendo princípios para a gestão dos recursos naturais e ordenando a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH), que teve na Lei nº. 9.433, de 9 de janeiro de 1997, a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos e, finalmente a criação do SNGRH.

Com a criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu-se que apesar da água ser de domínio público, por ser um recurso limitado, possui valor econômico. No entanto, em situação de escassez, seu uso deve ser destinado ao consumo humano e de animais. Adotou-se também a bacia hidrográfica como unidade de gestão, que deve ser descentralizada, contando com a participação de todos os governos, organizações e população. A coordenação das atividades, por sua vez, seria realizada através dos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Conselho de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; Agência Nacional de Água; Comitê de Bacia Hidrográfica; Órgãos do poderes público federal, estaduais e municipais cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos; e Agências de Água (BRAGA *et alli*, 2005, p. 242).

##### 4.2 A NORMA NIH-54 DO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL

O Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) foi um projeto que atuou entre os anos de 2002 a 2006 e foi liderado pelo Instituto Hospitalidade (IH), uma organização civil de interesse público (OSCIPI), sem fins lucrativos, que estuda e promove melhores práticas para turismo sustentável, servindo de interlocutora entre os *stakeholders*. Ao apresentar projetos em todo o Brasil, o IH promove o desenvolvimento de todo o setor turístico (IH, 2009). O PCTS foi um desses projetos que, através da criação de normas técnicas, avaliou e certificou pessoas e empresas do turismo, como por exemplo, a norma nacional para meios de hospedagem, NIH-54:2004, e teve como objetivos principais: o desenvolvimento do sistema Brasileiro de Normas e Certificação (em turismo sustentável); disseminar informações sobre tecnologias e boas práticas empresariais; qualificação profissional de agentes do turismo; promover a imagem do Brasil e das empresas do setor turístico no exterior; servir de ponte entre os interessados no setor do turismo (CAVALCANTI, 2006).

Em conformidade com as políticas nacionais e contato direto com o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS), o PCTS desenvolveu a norma NIH-54:2004, que orienta os meios de hospedagem a seguirem padrões de desempenho com objetivos específicos, sempre visando o desenvolvimento de melhores práticas entre as micro e pequenas empresas, observando o equilíbrio entre as três dimensões do



desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental (IH, 2004; SACHS, 2003). O sistema de gestão proposto pela norma não substitui outras de natureza semelhante, como a NBR ISSO 14001, mas as complementa de forma a garantir aos gestores dos meios de hospedagem as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades: planejar, organizar, dirigir e controlar (BATEMAN; SNELL, 1998).

Não faz parte dos objetivos da NIH-54, porém, a determinação de métodos e técnicas. O texto da norma apresenta orientações e princípios a serem seguidos pelos gestores dos meios de hospedagem, com intenção clara de conscientizar e estabelecer padrões mínimos de sustentabilidade aos negócios.

No que diz respeito ao uso da água, o texto orienta o planejamento e implementação de medidas para reduzir o consumo de água pelos estabelecimentos e seus hóspedes, dando sugestões e exemplos de algumas ações. Além disso, há um alerta sobre a forma de captação dessa água, sua qualidade e os possíveis impactos que seu uso pode trazer à população local. Orientações do tipo “utilização de dispositivos para economia de água [...] programas específicos como trocas não diárias de roupa de cama e toalhas [...] inspeção periódica nas canalizações” são enfatizadas e tomadas como boas práticas para os meios de hospedagem (IH, 2004, pp. 20-21).

## 5. GESTÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE PORTO DE GALINHAS

Os meios de hospedagem fazem parte de uma das categorias em que se dividem as empresas turísticas, que também é caracterizada por: agências de turismo; alimentos e bebidas; entretenimento e lazer; e eventos; transportes (ANDRADE; MORETTO NETO, 2001; ANDRADE, 1999). As micros, pequenas e médias empresas (MPMDE) são maioria no destino turístico Porto de Galinhas, conforme a Tabela 1, que foi adaptada do SEBRAE (1998) e de relatórios da Prefeitura Municipal de Ipojuca (PMI, 2004; 2003). Um dos meios de hospedagem não informou a quantidade de funcionários, por isso o total não foi 127, conforme citado no tópico três.

**TABELA 1: Porte das empresas do setor de meios de hospedagem de Porto de Galinhas, com base na quantidade de empregados.**

Porte da empresa	Quantidade		
	Empregados do setor de serviços	Meios de hospedagem	
		N.	%
Micro	Até 9	108	85,7
Pequena	De 10 até 49	10	7,9
Média	De 50 até 99	5	4,0
Grande	Acima de 100	3	2,4
Total	–	126	100,0

Legenda: N.: Frequência absoluta; %: Frequência relativa.

Fonte: Adaptado do SEBRAE (1998) e da Prefeitura do Município de Ipojuca (PMI, 2004; 2003).

O consumo de recursos naturais não renováveis e a poluição produzida pelas atividades de um meio de hospedagem não geram grande impacto no ambiente natural, principalmente se falamos de empresas do porte micro, pequenas e médias (KIRK, 1996). No entanto, há impacto negativo significativo, quando há uma grande concentração de MPMDE, mesmo sendo um grupo de meios de hospedagem, por causa do efeito cumulativo (KIRK, 1996). No caso de Porto de Galinhas, a grande concentração de MPMDE na pequena área do povoado, representa uma ameaça ao equilíbrio dos ecossistemas e à usabilidade da água em atividades humanas. Empresas desse porte raramente seguem princípios de sustentabilidade em suas operações (CASTRO, 2004). Infere-se, então, que essa afirmação estende-se também para os hotéis de lazer e pousadas da localidade (CAVALCANTI, 2006; WWF/Brasil, 2001; WWF/UK, 2000).

No que se refere ao modelo de gestão adotado, os meios de hospedagem de Porto de Galinhas apresentam hierarquias diferenciadas: quatro níveis hierárquicos para os hotéis de médio e grande porte (com presidência, diretorias, gerências e operações); e dois níveis hierárquicos para pequenos hotéis e pousadas (com presidência/diretoria/gerência e operações). Verificou-se, também, que as organizações de quatro níveis hierárquicos apresentavam cinco áreas funcionais estabelecidas: administração geral, comercial, alimentos e bebidas (A&B), hospedagem e serviços complementares. Por sua vez, os meios de hospedagem que possuíam



apenas dois hierárquicos, tendem a ser estruturados em três áreas funcionais: administração geral/comercial, A&B e hospedagem/serviços complementares.

Observa-se que nas organizações de estrutura mais simples do setor turístico de Porto de Galinhas, a figura do gestor tende a ser o próprio indivíduo proprietário do estabelecimento, que geralmente assume diversas funções e atividades que se sobrepõem. A partir daí, vê-se a divisão entre as estruturas e processos dos meios de hospedagem, formando dois grupos. Ambos, porém, apresentaram simultaneamente práticas consideradas adequadas e inadequadas à sustentabilidade dos recursos hídricos.

## 5.1 ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO IDENTIFICADAS

A estrutura organizacional tem influência direta na forma como os recursos hídricos são geridos. Meios de hospedagem mais simples tendem a utilizar um sistema de comunicação oral mais eficaz, enquanto hotéis e *resorts*, que na pesquisa realizada também utilizavam um sistema de comunicação oral, tendem a encontrar maiores dificuldades na transmissão da informação das boas práticas no uso da água e conscientização dos funcionários e clientes. Uma comunicação eficiente no ambiente de trabalho permite que programas de combate ao desperdício, por exemplo, sejam assimilados com maior velocidade, obtendo resultados de forma igualmente mais rápida.

A informatização de alguns processos da administração dos meios de hospedagem de Porto de Galinhas tende a tornar mais eficiente o trabalho desempenhado. Observou-se agilidade no setor de departamento de pessoal e, com relação à parte de contato com os hóspedes, viu-se bom desempenho na seção de reservas. O uso de sistemas informatizados, porém, não chegou a todos os setores da estrutura administrativa dos meios de hospedagem de Porto de Galinhas, que tem o sistema de comunicação oral como exemplo.

Grande parte das empresas estudadas apresenta *websites* na rede mundial de computadores, onde são apresentadas informação da estrutura das unidades de habitação e orientações sobre as atrações naturais da localidade. Entretanto, esta ferramenta pouco é utilizada para campanhas de informação sobre boas práticas no turismo por parte dos hóspedes. As orientações acabam ficando sob a responsabilidade das agências de turismo e das associações de profissionais da localidade, como por exemplo, a Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas que orienta os turistas *in loco* sobre a preservação dos corais e outras formas de vida marinha. A pousada, em sua maioria, não apresenta contrato com agências e turismo e, apenas eventualmente, participam de campanhas de conscientização.

O limite de construção de até três pavimentos (térreo, primeiro e segundo andar), oriundo de determinações municipais, contribuiu para a escolha do local de implantação dos equipamentos turísticos de hospedagem. As pousadas ficaram concentradas na área da praia de Porto de Galinhas, onde há maior densidade populacional. Os hotéis, que necessitavam de mais espaço, foram construídos na praia do Cupe; enquanto os *resorts*, com estruturas físicas maiores, foram construídos mais distantes, na praia de Muro Alto. Nota-se também que quanto menor a área de construção dos meios de hospedagem em Porto de Galinhas, menor o espaço reservado para áreas verdes.

A gestão sustentável dos meios de hospedagem de Porto de Galinhas está diretamente relacionada à gestão eficiente dos recursos hídricos. Sem as medidas de controle adequadas para a captação de água, assim como para o sistema de esgotamento sanitário, os hotéis e pousadas mantêm práticas que desperdiçam esse recurso, sem falar na possibilidade de contaminação da água consumida, devido à proximidade dos esgotos individuais. Eles apresentaram sinais de desperdício dos recursos hídricos, acredita-se principalmente, à falta de controle da vazão de captação dos poços. A não instalação de medidores, no entanto, não é o problema mais grave, pois o fator qualidade da água é pouco desenvolvido. O sistema de abastecimento de água dos hotéis é constituído de poços profundos, com mais de 20 metros. Por não haver sistema de distribuição de água no povoado até o começo dos anos 2000, os poços foram a solução encontrada pelos empresários e moradores. Entretanto, segundo relatos dos proprietários de meios de hospedagem, não foram realizados estudos nessas fontes de água, que julgavam ser boa para o consumo após observações intuitivas e filtragem simples.

Repetem-se as mesmas condições nas pousadas, com a diferença dos poços serem rasos (profundidade inferior a 20 metros), tendo o agravante do número de poços ser bem maior que a quantidade existente nos hotéis e



*resorts* de grande porte. A falta de análise da água, nesse caso, torna-se fator preocupante por atingir enorme quantidade de pessoas, principalmente porque grande parte das pousadas não possui licença de funcionamento, nem recebem fiscalizações governamentais. Simplesmente não se sabe que água está sendo consumida pelos meios de hospedagem na localidade.

Segundo Valença (2009), há indícios de que a Compesa e a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) sempre souberam das irregularidades do acesso à água em Porto de Galinhas. O fato de não haver ações corretivas nos meios de hospedagem indica a impossibilidade de resolver o problema de forma rápida, já que a captação de água em poços é prática comum de toda a população. Apenas com projetos de saneamento seria possível monitorar a gestão dos recursos hídricos, através de instalação de hidrômetros, análises da qualidade da água etc.

De 127 meios de hospedagem formais existente no período da pesquisa, acredita-se que o número real (formais e informais) ultrapasse 200. Em termos de qualidade de estrutura física, Porto de Galinhas apresenta padrão internacional em vários hotéis e *resorts*, diferentemente das pousadas, que apresentam baixa qualidade em suas estruturas físicas. A estrutura dos meios de hospedagem de grande porte é um dos principais fatores que contribuíram para transformar a localidade em destino turístico internacional, além das belezas naturais e questões de infra-estrutura de acesso. No entanto, as questões de saneamento encontram-se abaixo do que se espera de um destino turístico internacional.

Outro fator considerado muito importante para o caso da gestão dos meios de hospedagem é a capacidade de articulação entre as organizações do setor. Embora concorrentes entre si, a união do setor já demonstrou sua força e contribuição para o crescimento econômico de Porto de Galinhas algumas vezes nas últimas duas décadas. Um exemplo seria a grande campanha de divulgação do potencial turístico da localidade, promovida pelos hotéis e pousadas, que teve como objetivo minimizar os efeitos da epidemia de cólera ocorrida nos anos noventa.

Essa capacidade de articulação, no entanto, não foi utilizada de forma decisiva para implantação de projetos de saneamento básico, ou destinada a campanhas de educação ambiental da população local, que, aliás, não costuma ser aproveitada para os quadros de funcionários das empresas ali estabelecidas.

## 5.2 SUGESTÕES DE OTIMIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

No que diz respeito às medidas de controle da qualidade ou mesmo medição do volume de água utilizado, vê-se a necessidade, antes de tudo, da realização de saneamento ambiental, principalmente no que se refere à distribuição e esgotamento sanitário. É verdade que alguns projetos já estão em fase de execução, como o Projeto Porto Melhor, por exemplo. No entanto, há necessidade de participação maior das entidades representativas dos diferentes setores da vida de Porto de Galinhas: associações de moradores, associações comerciais, associações de atividades específicas como jangadeiros, etc. Essa necessidade é verificada através da identificação de conflitos entre essas entidades ou através da insatisfação de algumas classes e grupos de moradores. O certo é que, por enquanto não há consenso e que, para ele existir, deve-se encontrar um elo que permita coordenar todo o processo. O poder público municipal, aparentemente, poderia intermediar os diferentes interesses da sociedade civil local e promover um desenvolvimento mais equilibrado na economia, sociedade e natureza.

Torna-se claro que os procedimentos de coleta e devolução da água ao ambiente natural, proporcionado pelos meios de hospedagem, devem ser alterados. O obstáculo encontra-se no fato dessas ações dependerem de um conjunto de outras ações de âmbito municipal e estadual. Segundo os resultados obtidos, um único meio de hospedagem não tem condições de estabelecer padrões sustentáveis para o tratamento que é dado à água consumida por ele. Projetos e atividades em conjunto com outros meios de hospedagem poderiam definir uma forma de avaliar a qualidade e/ou estabelecer um tratamento para ela, que é extraída dos poços perfurados. Decisões tomadas em conjunto poderiam garantir a sustentabilidade dessa alternativa ao sistema de saneamento ainda não implantado. Análises de amostras de água coletadas na captação e tratamento dos efluentes, quando realizados em grupo, poderiam reduzir os custos do processo.

Mesmo ocasionando um impacto ambiental negativo pequeno, um meio de hospedagem apresenta um risco à sustentabilidade dos recursos hídricos quando visto em conjunto com todos os outros, sejam eles formais e





informais. A falta de estrutura sanitária e ausência de fiscalizações por parte do poder público promovem uma degradação ambiental em Porto de Galinhas que é preocupante, sendo necessárias medidas que garantam a sustentabilidade do uso da água na economia local. A qualidade de vida da população, que depende também da eficiência de projetos de saneamento, deve ser objeto de investimentos do poder público, incluindo campanhas de educação ambiental e projetos de qualificação profissional da população carente, visando um futuro aproveitamento dessas pessoas nos empreendimentos locais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou uma visão crítica das práticas organizacionais com relação ao uso das águas pelos meios de hospedagem, além de apresentar um retrato das compatibilidades dessas ações com as características do desenvolvimento sustentável.

Na primeira fase da pesquisa, verificou-se que a origem da água utilizada nos meios de hospedagem é de poços perfurados, cuja falha na fiscalização governamental permite que cada empresa gerencie seu próprio meio de captação e tratamento, utilizando métodos simples de desinfecção. Assim, poder-se-ia classificar a qualidade dessa água como Classe Especial (CONAMA, 1986 *apud* BASSOI, 2004). No entanto, tal análise de classificação do tipo de água, para ser corroborada, requererá um aprofundamento desse estudo.

Apesar do fato de uma considerável parcela da captação de água ainda ser realizada através da exploração de poços perfurados nos meios de hospedagem, já é possível encontrar um percentual muito baixo de empresas que captam a água da rede pública de distribuição, que ainda está em processo de instalação. Do mesmo modo ocorre com o sistema de esgotamento sanitário que, ainda em fase de implantação, não atinge a grande maioria os meios de hospedagem sendo, então, utilizadas fossas sépticas.

Realizando um paralelo entre as normas explicitadas por Cavalcanti (2006) e pelo Instituto Hospitalidade (IH, 2004), a NIH-54:2004 do PCTS, percebeu-se que as práticas de gestão dos recursos hídricos observados nos meios de hospedagem de Porto de Galinhas, não demonstram preocupação em realizar um tratamento efetivo nas águas captadas dos poços, bem como nos seus efluentes não sendo estes inseridos na rede de coleta pública de esgotamento sanitário, de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável.

O PCTS, através de sua norma NIH-54:2004, mostra-se, então, um importante instrumento para guiar boas práticas de gestão dos recursos hídricos nos meios de hospedagem. No entanto, em determinadas situações, verifica-se insuficiência e lentidão na realização de estudos dentro dessas empresas sobre a temática da gestão ambiental, uma grande dificuldade enfrentada pelos proprietários e dirigentes.

Percebe-se, também, que as ações efetivas no gerenciamento das águas, talvez por serem recentes, diante de todo o histórico de descaso da referida região, apresentam pouca evolução no que se refere à classificação da qualidade da água e ao atendimento das necessidades das gerações futuras. Dessa forma, apresentando uma gestão das águas deficiente, a identificação das más práticas de gestão e promoção de boas nos meios de hospedagem de Porto de Galinhas, juntamente com o aumento da conscientização da preservação dos recursos hídricos, mostrou-se um fator primordial, mas ainda não finalizado, para que um dia seja possível alinhar a comunidade de Porto de Galinhas aos princípios da sustentabilidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.
2. ANDRADE, R. O. B. de; MORETTO NETO, L. A gestão privada do turismo. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. v. 1. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), 2001. p. 135-150.
3. BARROS Jr., N. F. de. **A dinâmica espacial e a reorganização territorial do litoral do Ipojuca: Porto de Galinhas — a emergência de um espaço turístico**. 2002. 181 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002.
4. BASSOI, L. J.; GUAZELLI, M. R. Controle ambiental da água. In: PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Org.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.



5. BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.
6. BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T. L. de; SPENCER, M.; PORTO, M., NUCCI, N.; JULIANO, N., EIGER, S. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
7. CASTRO, N. de. **A questão ambiental: as empresas**. Brasília, DF: Sebrae, 2004. Disponível em: <[http://www.df.sebrae.com.br/Downloads/ambiental/Questao\\_ambiental\\_empresas/Web/Questao\\_Ambiental\\_001.pdf](http://www.df.sebrae.com.br/Downloads/ambiental/Questao_ambiental_empresas/Web/Questao_Ambiental_001.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2007.
8. CAVALCANTI, C. L. **Contribuição ao turismo sustentável em Porto de Galinhas Ipojuca – PE através da prática de produção mais limpa em meios de hospedagem**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2006.
9. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
10. IH – Instituto Hospitalidade. Disponível em: <<http://www.hospitalidade.org.br>>. Acesso em: 2 maio de 2009.
11. IH – Instituto Hospitalidade. **Norma nacional para meios de hospedagem – NIH-54: requisitos para a sustentabilidade**. Salvador: IH, 2004. Disponível em: <<http://www.hospitalidade.org.br>>. Acesso em: 2 maio de 2009.
12. KIRK, D. **Environmental management for hotels: students handbook**. Oxford (UK): Butterworth Heinemann, 1996.
13. MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
14. MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
15. MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
16. MENDONÇA, L. C. de (Org.). **A invenção de Porto de Galinhas: história, empreendedorismo e turismo**. Recife: Persona, 2004.
17. MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.
18. PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.. Uma introdução à questão ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (org). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.
19. PMI – Prefeitura do Município de Ipojuca. **Perfil sócio-econômico**. Disponível em: <<http://www.ipojuca.pe.gov.br/>>. Acesso em: 2 maio de 2009.
20. \_\_\_\_\_. **Diagnóstico situacional do município de Ipojuca**. Ipojuca: PMI; Associação Politécnica de Consultoria (Policonsult), 2004
21. \_\_\_\_\_. **Inventário do potencial turístico de Ipojuca: atrativos turísticos histórico-culturais e atrativos naturais (Relatório final)**. Ipojuca: PMI; Instituto de Administração e Tecnologia (ADM&TEC), 2003.
22. PMI/DGTMA – Prefeitura do Município de Ipojuca/Diretoria Geral de Turismo e Meio Ambiente. **Terramar**. Ipojuca: PMI; DGTMA, 2002.
23. SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
24. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Coletânea estatística da micro e pequena empresa**. Brasília (DF): SEBRAE, 1998.
25. VALENÇA, S. **Modelo para elaboração de sistema de gestão sustentável para um destino turístico de zona costeira: um estudo em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, em Pernambuco**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.
26. \_\_\_\_\_. CAVALCANTI, C.; SOBRAL, M. C.; MELO, I. V. de; RAMOS, D. **Porto de Galinhas: descrição do sistema de saneamento ambiental e sua relação com o turismo**. In: 12º Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (12º SILUBESA), 2006, Figueira da Foz - Portugal. 12º SILUBESA: na via da sustentabilidade. Lisboa - Portugal: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), 2006. p. 191-193.
27. WWF/Brasil. **Certificação em turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil**. Brasília (DF): WWF/Brasil, 2001. (Série técnica, volume IX).
28. WWF/UK – World Wildlife Fund/United Kingdom. **Tourism certification: an analysis of Green Globe 21 and others tourism certification programmes**. London (UK): WWF/UK, 2000.



**NOTA**

Este artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável para meios de hospedagem: um estudo em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca (PE)”, vinculado à UFPE (processo n. 23076.041659/2007-86).